

Constituinte deve ser convocada pelos 3 poderes

Deputado João Gilberto propõe gestões do Executivo junto ao Legislativo e ao Judiciário

O deputado João Gilberto (PMDB-RS), coordenador da comissão interpartidária para remoção do entulho autoritário, disse ontem, da tribuna da Câmara, que a Assembleia Nacional Constituinte deve ser convocada pelo Executivo, pelo Legislativo e pelo Judiciário, poderes que, ressaltou, "estão no lugar de um eventual líder revolucionário vitorioso ou de um general que tivesse derubado o governo".

João Gilberto lembrou ter recomendado ao então candidato à Presidência da República, Tancredo Neves, que não convocasse a Constituinte por ato próprio ou por ato congressional, mas "através de um plebiscito que, paralelo às eleições, atribuisse aos eleitos o poder constituinte originário que só a Nação detém, que só a cidadania detém, que apenas o eleitor detém".

Reconheceu, porém, as dificuldades e resistências a esse projeto. Por isso, admite que a Assembleia Nacional Constituinte seja convocada pelos três Poderes, com iniciativa do Presidente da República, que deve começar as gestões junto ao Legislativo e ao Judiciário, colocando numa mensagem ao Congresso e ao Supremo Tribunal Federal o seu desejo de ver convocada a Constituinte.

Feito isso, continuou João Gilberto, o Congresso Nacional, por dois terços de seus membros, votará o ato convocatório que, afirmou, "não é uma emenda à Constituição que aí está, mas independente da Constituição velha, que se quer deixar de lado, que se quer substituir".

Este ato, aprovado pelo Congresso Nacional, seria depois enviado ao Supremo, para retificação. O próximo passo seria, segundo João Gilberto, "o melhor dos momentos históricos deste País": os Presidentes da República, do Congresso e do Supremo assinam a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Para João Gilberto, a Constituinte não pode ser convocada simplesmente pelo Congresso, embora reconhecesse que, "durante os anos de arbítrio e de impacto entre a força legislativa e o poder dominante, uma proposta de Constituinte, aqui, dentro desse Parlamento, era uma bandeira de luta".

"Hoje, não. Afinal — ar-



Para o deputado João Gilberto, a Constituinte não pode ser convocada dentro da Constituição "velha"

Brossard critica Carta

Belo Horizonte — "O Brasil, hoje, não possui uma Constituição, mas sim uma Carta outorgada por alguns cidadãos, que pretenderam ser os senhores do País", declarou ontem o ex-senador Paulo Brossard, em entrevista na Assembleia Legislativa.

"Este documento não merece o nome de Constituição, pois constitui um ato ilícito sob o ponto de vista jurídico. E isto eu não digo agora, mas o disse quando era perigoso dizer", acrescentou.

Paulo Brossard, que veio, a Belo Horizonte participar, como conferencista, do ciclo de debates sobre a Constituinte, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), afirmou também que "uma Constituição não pode ser um catálogo telefônico, e por isto temos que lutar contra uma tendência que existe em determinados setores, de nela incluir tudo que anda solto por aí".

"A lei constitucional é a lei fundamental do País", continuou Paulo Brossard, "e deve, essencialmente, traçar a nossa ossatura legal, deixando, com a maior liberdade possível, que nela encontrem guarda as surpresas da vida. Uma Constituição não pode pretender solucionar todos os problemas, os existentes e os não existentes".

Defendeu também o

"que, das modalidades da democracia representativa, é a mais aperfeiçoada e de mais fácil funcionamento". Explicou que, no Congresso Nacional, "existe uma corrente acentuada de parlamentares que é partidária desta forma de governo. Mas não posso prever qual será a posição dos que vierem a ser eleitos em 1986", acrescentou. Assinalou, porém, que "o que se deve fazer, no caso brasileiro, é analisar nossa própria experiência e indagar sobre os fatos históricos que aconteceram. Durante 150 anos de vida independente, enfrentamos vários e difíceis acidentes. Outros povos, entretanto, com modos de governo baseados no Parlamento, tiveram resultados menos tumultuados".

CONFERÊNCIA

O líder do Governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso e o jurista e ex-senador Paulo Brossard, discutirão sobre o tema "a organização política brasileira", segunda-feira próxima, das 18:30 às 21:00 horas, no auditório do Maksoud Plaza, em fórum de debates políticos promovido pelo Rotary Club, em São Paulo.

O evento visa discutir a criação de mecanismos políticos que favoreçam o êxito das tarefas a que se propôs a Nova República nos campos social e político. Os presentes poderão participar do debate que será aberto após o término

gumentou o parlamentar peemedebista — a qualidade do jogo político cresceu, a vida nacional se oxigenou pela liberdade e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte meramente pelo Congresso Nacional seria um gesto tímido e acanhado que as forças civis da Nação não entenderiam".

A Constituinte, também, disse, "não deve ser convocada por dentro da Constituição velha, porque a Assembleia Nacional Constituinte é a negação de todo o ordenamento jurídico constitucional que aí está. O ato de convocação da Constituinte está acima da Constituição que temos, é um ato tão soberano que ultrapassa os limites da regra constitucional vigente".